



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

EDITAL

CARTA CONVITE Nº 084/12

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade CARTA CONVITE do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO), **até às 13:30hs do dia 24/08/2012**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, sito na Rua Marechal Floriano, 458 - Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para a execução de obra de pavimentação com paralelepípedos, nas ruas Rio Amazonas entre Av. Brasil e Av. Argentina; Paraná entre Av. Buarque de Macedo e Av. 1º de Maio e República Dominicana entre Av. Pelotas e Av. Uruguai, conforme Termo de Referência e Modelo de Proposta em anexo.

1.1.1. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: custo estimado total R\$ 75.100,075

1.1.2. A pavimentação do trecho indicado, em planta anexa a este Memorial, será feita com paralelepípedos e com utilização de meio fio de concreto pré moldados, em uma área total de :

- a) Rua Rio Amazonas entre Av. Brasil e Av. Argentina – 3.450,00 m²
- b) Rua Paraná entre Av. Buarque de Macedo e Av. 1º de Maio – 960,00 m²
- c) Rua República Dominicana entre Av. Pelotas e Av. Uruguai – 2.320,00 m²

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Carta Convite, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Que sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termo de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, rubricados no local de fechamento, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX, sito na Rua Marechal Floriano, 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: CARTA CONVITE Nº 084/10
OBRA DE CALÇAMENTO COM PARALELEPÍPEDOS
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: CARTA CONVITE Nº 084/10
OBRA DE CALÇAMENTO COM PARALELEPÍPEDOS
PROPOSTA DE PREÇO:
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL

4.2.1. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND);

4.2.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.3. Prova de Regularidade (quitação) com a Fazenda Municipal, na jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;

4.2.4. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.2.5. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

4.2.6. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 4.2.5, a empresa não ficará desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta

4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4.1. Atestado de visita ao local onde serão executados os serviços, que será expedido pela Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV.

4.4.2. Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou CAU/RS – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no estado.

4.4.3. Prova de a empresa possuir, no quadro funcional permanente, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação ou contrato de Prestação de Serviço por prazo indeterminado com profissional autônomo da área de atuação da empresa, devidamente atestado pelo CREA/RS ou CAU/RS – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras e Licitações Públicas

4.4.4. Um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do desempenho de atividade pertinente da empresa, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome da empresa ou de seus Responsáveis Técnicos

4.5. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.5.1. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme Item 4.5., terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

4.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

4.6. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia **a ser autenticada** pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário designado pela Gerência de Compras mediante a apresentação do documento original.

4.6.1. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.7. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o **valor global**, em algarismos, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita nem conter rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, assinada pelo licitante ou técnico legalmente habilitado, devendo obrigatoriamente conter também o que segue:

5.1.1. Apresentar junto à proposta à relação dos equipamentos necessários para a realização dos serviços.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

5.1.1.1. A empresa só será considerada vencedora, após diligência efetuada pela SMOV e Comissão Julgadora, para constatar a veracidade do sub item 5.1.1.

5.1.2 Deverá ser apresentada junto com a proposta financeira, relação dos nomes das pessoas e suas respectivas funções que executarão o serviço especializado em calçamentos, inclusive calceteiros, para a execução dos serviços.

5.2. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.3. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que o preço proposto compreende todos os valores referente ao serviço, despesas de administração, vale transporte, maquinário, ferramentas, refeições, materiais e componentes de segurança exigidos por Lei, fardamentos e outros que se apresentem sob qualquer título, inclusive lucro e ainda qualquer adicional ou hora extra relativo a remuneração do seu pessoal bem como os encargos fiscais e trabalhistas, sendo de responsabilidade da SMOV, o fornecimento de paralelepípedos, areia(base e cobertura), a retro escavadeira, sendo os demais materiais e equipamentos de responsabilidade da contratada.

5.4. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às 13:30 hs do dia **24 de agosto de 2011**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX, sito na Rua Marechal Floriano, 458 - Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será realizada às 14:00 hs no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

6.2.4. De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.5. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados na Gerência de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro, visando sua juntada ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

O Convite será julgado pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 – PROPOSTA DE PREÇOS.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço global**.

6.3.5. DO DESEMPATE

6.3.5.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP..

6.3.5.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/2006, descrito na alínea (a), terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento deste Item pode acarretar a desclassificação.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

6.3.5.3. No caso de empate real dos valores apresentados pelas MES e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 6.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.3.5.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

6.3.5.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 6.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

6.3.5.6. A ME ou EPP só poderá fazer uso do regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/06 se previamente habilitada como tal na fase de HABILITAÇÃO.

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.3.6. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente.

6.3.7. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 5.2, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.3.8. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

6.2.4. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.5. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.6. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal do Rio Grande, mediante o pagamento do preço público, visando sua juntada ao processo de licitação.

7. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

7.1. O prazo de execução dos serviços será de:

- a) Rua Rio Amazonas entre Av. Brasil e Av. Argentina – 80 dias
- b) Rua Paraná entre Av. Buarque de Macedo e Av. 1º de Maio – 50 dias
- c) Rua República Dominicana entre Av. Pelotas e Av. Uruguai – 70 dias

7.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Termo de Contrato, podendo ser renovado por igual período a critério da contratante.

7.3. A SMOV– Secretaria Municipal de Obras e Viação, reserva-se o direito de interromper o contrato parcial ou na sua totalidade sem ônus algum a este Município.

8. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

8.1. O contrato resultante do presente processo licitatório terá vigência até 31/12/2012, podendo ser renovado por igual período a critério da contratante.

8.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A Contratada obriga-se perante a Contratante

- a) Refazer todo o serviço mal executado, sem ônus para o contratante;
- b) Manter a limpeza do local, sendo os entulhos removidos para local determinado pela fiscalização da SMOV, após a conclusão dos serviços até 5km;
- c) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado as redes públicas, tais como: iluminação, água, esgoto, telefonia, pluviais, passeios e outros não citados, que deverão ser reparados convenientemente pela contratada;
- d) Manter todo e qualquer desvio de tráfego e acesso aos moradores ou ao comércio, no local da execução dos serviços, conforme as normas de trânsito vigentes;
- e) Será de responsabilidade da contratada a sinalização de segurança necessária, para boa execução dos serviços, tais como cavaletes, cones, placas indicativas, iluminação, bem como a liberação da SMSTT quanto as alterações no tráfego, sendo da contratada toda a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, que porventura vier a ocorrer durante a vigência da obra;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

- f) Responsabilizar-se pelos materiais e equipamentos fornecidos pela contratante para a execução dos serviços;
- g) Todo material necessário à iluminação será de responsabilidade da empresa vencedora, bem como a solicitação de ligação e o desligamento da energia junto à CEEE;
- h) Formalidades legais: apresentar os guias do INSS, do FGTS, da Folha de Pagamento, fotocópia do livro ponto, certidão da Fazenda Municipal, junto com a nota fiscal, comprovante do fornecimento do vale transporte, GFIP, SEFIP, relação dos funcionários que prestaram serviços na execução da obra e CND do INSS;
- i) Apresentar documentação referente ao CREA;
- j) A solicitação de material e equipamentos deverá ser feita até às 17h do dia anterior;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A Contratante Contratada obriga-se perante a Contratada

- a) A SMOV reserva-se o direito fiscalizar e, se for o caso, interromper total ou parcialmente o contrato, não cabendo a contratada qualquer tipo de indenização por este motivo, cabendo o recebimento pelos serviços já executados;
- b) A SMOV fornecerá cimento, areia, paralelepípedos e a retro escavadeira, sendo os demais equipamentos de responsabilidade da contratada;
- c) Será de responsabilidade da SMOV o fornecimento dos equipamentos necessários à execução de aterro e reaterro, à abertura de valas e limpeza da obra, sendo que ficará a cargo da empresa qualquer serviço manual, bem como os equipamentos utilizados no rebaixamento do lençol freático;

11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados em faturas quinzenais.

11.1.1. As faturas expedidas serão o resultante dos serviços executados no espaço de 15(quinze) dias, apurados pela fiscalização da SMOV e por esta recebido.

11.2. A firma contratada somente receberá as faturas, mediante a comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Municipal de Saúde - SMS sendo que a última parcela somente será liberada após o recebimento da obra pela Fiscalização da SMOV, a saber:

a) Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Central da SMSTT.

12. DA RESCISÃO

12.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

12.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

12.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato:

12.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

12.2.2. A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento pela Prefeitura Municipal, das faturas apresentadas pela contratada, decorridos 90 (noventa) dias consecutivos da data do vencimento das faturas, sem a satisfação do débito.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Caso vencedora seja firma não estabelecida em Rio Grande, a mesma deverá providenciar sua inscrição do ISSQN junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

12.2. A Secretaria Municipal de Obras e Viação reserva-se o direito de exigir a retirada de todo e qualquer profissional que resulte em embaraço a execução dos serviços, podendo ainda interromper o contrato parcial ou na sua totalidade sem ônus algum para o Município.

12.3. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Obras e Viação, com pessoas credenciadas para tal fim, até 02(dois) dias úteis imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

12.4. Os serviços contratados serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV, que determinará os locais e ordenamento das execuções dos mesmos.

12.5. A Prefeitura Municipal não pagará quaisquer débitos devidos pela firma contratada, em face da legislação social e trabalhista, não podendo ser questionada por tais eventos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

12.6. O Município ou mesmo a SMOV não fornecerá, de maneira alguma, maquinário, (exceto o rolo compactador), ferramentas ou viaturas para transportes ou para execução dos serviços exceto os descritos no item 5.3., que deverão ser solicitados até às 17 horas do dia anterior.

12.7. A SMOV, não fornecerá fardamento de qualquer espécie, ficando a cargo da contratada.

12.8. Não caberá qualquer cessão, subcontratação ou transferência do contrato a ser firmado com a Prefeitura Municipal.

12.9. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

12.10. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

12.11. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 24 de julho de 2012.

Regimar Hernandes da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas